

**JORNADA
INTERNACIONAL
DE LUCHA 2020
ANTI-IMPERIALISTA**

**QUE EL PUEBLO
NO PADEZCA
EL PESO
DEL CAPITAL**



tricontinental
Instituto Tricontinental de Investigación Social

María Guadalupe Odiard (Argentina), *Que el pueblo no padezca el peso del capital* [Que o povo não sofra o peso do capital], 2020.

1 Artigo

A classe trabalhadora frente à nova encruzilhada histórica do capital

César Bolaño¹

Resumo // Este artigo apresenta reflexões preliminares de ordem teórica e histórica a respeito dos desafios impostos à classe trabalhadora na sua condição de sujeito revolucionário em potência. A análise considera o contexto atual, no qual uma crise longa do capitalismo não tem até aqui provocado movimentos contestatários de envergadura, por motivos que será preciso analisar. Na primeira parte, traço as linhas gerais do quadro histórico, partindo do conceito, formulado por Sohn-Rethel, de economia dual de transição para, na segunda parte, retomar algumas considerações ligadas à problemática do fator subjetivo. Na conclusão, há uma breve e genérica síntese dos referidos desafios.

Palavras-chave // capitalismo; transição; fator subjetivo.

1 Professor titular da Universidade Federal de Sergipe. CV: <http://lattes.cnpq.br/8320476763564207>. ORCID: 0000.0001-5756-7094. O autor agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pelo apoio ao projeto "Governança econômica das redes digitais" (projeto Fapesp nº 2021/06992-1). (obscomplataformas.com.br).

Introdução

O texto que segue é um apanhado de questões que considero importantes para pensar os desafios enfrentados pela classe trabalhadora num momento crucial do desenvolvimento capitalista. Marcado pela permanência de uma crise estrutural de longa duração, o capitalismo se aprofunda em nível global, com alguns movimentos de questionamento da ordem imperialista, mas sem que uma solução revolucionária tenha até agora se apresentado. Parto, com Sohn-Rethel, da definição do capitalismo monopolista como economia dual de transição, em que as condições objetivas para o surgimento de uma organização social superior estão dadas, mas a ruptura não ocorre por motivos ligados à problemática do fator subjetivo. Este tema é retomado na segunda parte, para concluir com uma brevíssima lista dos desafios mencionados no título. Trata-se, no conjunto, de uma sucinta chamada ao debate, a qual, se tiver algum mérito, será o de articular temas e contribuições às vezes esquecidos, mas de grande relevância para a compreensão da atual conjuntura histórica.

Economia dual de transição, reestruturação produtiva e neoliberalismo

Sohn-Rethel (1976, p. 42) sintetiza de forma lapidar, em um pequeno parágrafo, o impasse que enfrenta hoje a humanidade. Ele tem em vista o fato de que a sociedade capitalista se encontra em um estágio avançado de desenvolvimento, caracterizando-se como uma “economia dual de transição”, submetida à “ação simultânea de duas leis econômicas contrastantes e incompatíveis ... a lei econômica da apropriação privada ... e a lei econômica produzida pela crescente socialização do trabalho”:

Essa dualidade econômica marca uma modificação crucial nas condições do capitalismo, em comparação com o sistema clássico de livre concorrência. Creio que nessa época o processo de reprodução do capital podia ser considerado como idêntico ao processo de reprodução da própria sociedade. A modificação em questão ocorreu em consequência da sobrevivência do capitalismo, que resistiu à Grande Depressão (1874/5-1895/6), ocasião na qual, em benefício da sociedade, deveria ter sido abolido. A partir da passagem do século, em

termos gerais, a socialização progressiva do trabalho entrou em conflito econômico com o sistema da apropriação privada que Marx e Engels haviam previsto e que Lênin destacou (idem, p. 43).

Essa caracterização histórica da passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista foi publicada num momento em que a crise estrutural do capitalismo se apresentava de forma gritante, após a primeira crise do petróleo e às vésperas da segunda. Neste momento, a hegemonia do dólar se encontrava submetida a profundos questionamentos e, mais uma vez, eram duvidosas as perspectivas de sobrevivência do capitalismo. Predominava, ainda, no seio de boa parte da esquerda mundial, a visão de um mundo em transição ao socialismo. Esse era o tom do debate promovido pela Conferência de Economistas Socialistas, na coletânea em que apareceu o artigo de Sohn-Rethel.

Três décadas antes, em plena guerra mundial, Karl Polanyi (1944), em obra antológica, sinalizava justamente o colapso do sistema de mercado autorregulado inaugurado na Inglaterra, que se expandira pelo mundo, configurando o capitalismo clássico a que se referia Sohn-Rethel no trecho citado acima. No desdobramento das tendências do sistema liberal, Polanyi descobre as origens do “moinho satânico” da violência contra as massas. Assim,

a fim de compreender o fascismo alemão, devemos voltar à Inglaterra ricardiana. Não se pode exagerar ao afirmar que o século XIX foi o século da Inglaterra. A Revolução Industrial foi um evento inglês. A economia de mercado, o livre comércio e o padrão ouro foram invenções inglesas. Estas instituições colapsaram por todas as partes nos anos vinte: na Alemanha, Itália ou Áustria, o evento foi simplesmente mais político e mais dramático. Mas quaisquer que tenham sido o cenário e a temperatura dos episódios finais, os fatores de longo prazo que destruíram essa civilização devem ser estudados no berço da Revolução Industrial: a Inglaterra (Polanyi, 1944, p. 42).

A peculiaridade da Civilização Industrial, recorrentemente referida por Furtado em sua obra como “transmutação de meios em fins” – em concordância, me parece, com a própria definição do capital como processo tautológico de valorização do valor segundo Marx (1867) – define-se, a certa altura, nos seguintes termos:

Na sociedade que emergiu dessas transformações, as atividades econômicas assumiram considerável autonomia e passaram a desempenhar papel determinante em todas as dimensões da cultura. Acumular, ampliar o excedente, vieram a constituir objetivos em si mesmos, considerando como “racional” a eliminação de todo obstáculo à eficiência produtiva. A revolução industrial confunde-se com a fixação definitiva dessa nova ordem social, na qual não somente a força física, mas também a capacidade intelectual do homem tende a subordinar-se crescentemente a critérios mercantis (Furtado, 1978, p. 38-9).

Polanyi apresenta ideia semelhante ao afirmar que

Todos os tipos de sociedade estão limitados por fatores econômicos. Porém, a civilização do século XIX era econômica em um sentido diferente e distintivo, já que optou por basear-se em uma motivação que raras vezes foi reconhecida como válida na história das sociedades humanas e que certamente jamais se havia elevado ao nível de uma justificação da ação e o comportamento consuetudinário: o lucro. O sistema de mercado autorregulado derivava peculiarmente desse princípio (Polanyi (1944, p. 42).

Para ele, o liberalismo não entendeu a Revolução Industrial do século XVIII – em cujo centro “se encontrava um melhoramento quase milagroso dos instrumentos de produção, acompanhado de um deslocamento catastrófico das vidas da gente comum” (idem, p. 45) –, julgando os eventos sociais de um ponto de vista econômico. A filosofia liberal, segundo ele, descartou

pelo fogo de uma fé emocional na espontaneidade ... o sentido comum em direção à mudança em favor de uma disposição mística a aceitar as conseqüências do melhoramento econômico, quaisquer que fossem. Primeiro descreditaram-se e logo se esqueceram as verdades elementares da ciência política e a administração estatal. Não há necessidade em insistir em que um processo de mudança sem direção, cujo ritmo se considera demasiado rápido, deveria frear-se se possível, para salvaguardar o bem-estar da comunidade. Tais verdades elementares da administração pública tradicional, que amiúde refletiam apenas os ensinamentos de uma filosofia social herdeira

dos antigos, borraram-se, durante o século XIX, da mente das pessoas educadas, pela ação corrosiva de um cru utilitarismo combinado com a aceitação irreflexiva das supostas virtudes auto curativas do crescimento inconsciente (idem, p. 45).

Hoje perguntaríamos: não teria essa lição sido entendida? Ou, ao contrário, o impasse das políticas de corte keynesiano que estavam na base do longo período expansivo do pós-guerra teria mostrado tão claramente os limites do próprio modo de produção capitalista? Isso indicaria, mais uma vez, a necessidade de sua abolição, visto que a burguesia imperialista não poderia senão decidir-se, nos idos da década de 1970, – a assumir consciente e cinicamente um liberalismo - num sentido mais radical -, obrigando novamente a classe trabalhadora a aceitar as consequências, sejam quais fossem, já não do melhoramento, mas da decadência econômica, a fim de preservar o seu poder político e econômico?

Essa deve ser a nossa questão orientadora se quisermos entender os desafios da classe trabalhadora no século XXI. Um aspecto particularmente intrigante do problema é o da posição das esquerdas. A análise foucaultiana do neoliberalismo caracteriza o sistema como posição radical em defesa do individualismo, contra qualquer atitude de origem iluminista que “consiste em promover uma percepção unificante ou unificadora da sociedade, valorizando tudo o que diz respeito ao ‘comum’, ao ‘coletivo’, ao ‘geral’, em detrimento do que seria da esfera do individual, do particular, do local” (Lagasnerie, 2012, p. 66). Essa análise parece se esquecer, como já tive a oportunidade de discutir (Bolaño, 2024, p. 98-99), do “quão longe e com quanta ferocidade os neoliberais foram ao ataque contra todo tipo de coletivismo, desde os tempos de Pinochet”, o que não acaba por minimizar “suas atrocidades – afinal essa é a marca de toda a história humana – mas confere ao projeto neoliberal certa dignidade”.

Ora, o intervencionismo neoliberal não é algo secundário para ser descartado no momento oportuno, um mal menor diante dos grandes benefícios que a liberdade de mercado traria, nem a luta contra o “coletivismo” algo a ser superado. A evolução das políticas neoliberais nos últimos quarenta anos e sua caracterização como algo sempre inacabado revelam que o intervencionismo é absolutamente necessário ao liberalismo em geral, pois se trata de garantir a preservação de uma situação na qual “o dinheiro é imediatamente a comunidade, na medida em que é a substância universal da existência para todos e ao

mesmo tempo o produto social de todos. Mas no dinheiro ... a comunidade é para o indivíduo uma mera abstração, uma coisa externa, acidental e, ao mesmo tempo, um simples meio para sua satisfação como indivíduo isolado” (Marx, 1867) (Bolaño, 2024, p. 100).

O neoliberalismo, na verdade, na sua formulação programática, tem por missão promover, no plano ideológico e das políticas econômicas, o ataque a todas as formas de organização e de defesa da classe trabalhadora e a mais extensa fragmentação da sociedade, de modo a tornar o indivíduo isolado e totalmente indefeso frente ao capital monopolista, tanto na condição de trabalhador como na de consumidor e, como cidadão, frente aos poderes do Estado. Na sua versão ideológica mais extrema, apresenta-se como movimento social que, em nome da liberdade individual, promove verdadeira guerra cultural. Mas as políticas econômicas neoliberais têm uma incidência maior, sendo adotadas indiscriminadamente inclusive pelos governos considerados de esquerda que chegaram ao poder, mundo afora, ao longo de todo o período iniciado com a chamada retomada da hegemonia norte-americana nos idos do governo Reagan (1981-1989) nos Estados Unidos (Tavares, 1997).

Sua implantação, desde então, veio de braço com a reestruturação produtiva, com a introdução em larga escala de um *cluster* de inovações, entre as quais se destacam as tecnologias da informação e da comunicação, consequência do desenvolvimento da microeletrônica, que irão redundar na consolidação do paradigma digital na organização dos mais variados processos produtivos, tanto na indústria como nos serviços, com impacto generalizado no consumo de massa, na cultura e nos mais diferentes setores da vida. O conjunto desse processo pode ser definido, em perspectiva marxista, como Terceira Revolução Industrial, na medida em que promove uma ampla subsunção do trabalho intelectual, paralela a uma intelectualização geral dos processos de trabalho em geral e do próprio consumo (Bolaño, 2002). Isso leva a um salto qualitativo nos processos de automação (flexível) e à implantação de uma nova morfologia do trabalho, como diz Ricardo Antunes (2007), desde a reconfiguração do sistema taylorista-fordista, o avanço da robotização, até os novos sistemas de controle através de plataformas digitais e a chamada inteligência artificial.

Esses dois movimentos – reestruturação produtiva e neoliberalismo – promoverão uma profunda derrota da classe trabalhadora em nível mundial, reforçada pelo fim da União Soviética e do socialismo real europeu, acompanhado

do fracasso ou da capitulação das esquerdas, tanto no plano político como no intelectual. Essa capitulação intelectual, em particular, é caracterizada, desde ao menos os anos oitenta do século passado, por sucessivas ondas de revisionismo acadêmico, cuja característica comum é a negação da lei do valor de Marx e do caráter revolucionário da classe trabalhadora (Bolaño, 2024-b). Isso acontece embora suas origens, do ponto de vista da história das ideias, sejam bem anteriores e potencializadas no momento do surgimento dos chamados novos movimentos sociais, nos anos 1960. Esta classe trabalhadora reestruturada, fragmentada, desorganizada, enquanto perde direitos, torna-se crescentemente redundante e passa por processos de precarização. Ela sofre ainda com o refluxo do pensamento revolucionário, substituído amplamente pela torre de Babel do progressismo identitário e outras formas de idealismo.

Soma-se a isso a transição do sistema global de cultura, da velha Indústria Cultural, subsumida no complexo maior da economia política da Internet, sob o comando agora das empresas proprietárias das grandes plataformas digitais. Elas centralizam o capital investido e as redes sociais o concentram no campo da cultura em nível mundial (Bolaño, Martins, Valente, 2022). Aperfeiçoam-se, evidentemente, os mecanismos de controle social, de propaganda e publicidade. Isso ocorre especialmente nas condições objetivas referidas, com o desenvolvimento de formas de comunicação, vertical e horizontal, tecnicamente mediadas e extremamente capilarizadas, capazes de atingir diretamente o indivíduo em determinados casos, via algorítmica.

Mas seria um erro pensar que se trata de uma questão puramente psicológica, ou psicossocial, de disputa epistemológica ou de meras narrativas. Ainda que esses fatores tenham uma participação nada desprezível nas disputas por corações e mentes, é preciso ter claro que todos eles devem ser entendidos na sua materialidade própria. A esse respeito, vale fazer um breve contorno metodológico, lançando mão de outro clássico do marxismo a respeito da relação entre forma econômica e forma jurídica:

Do mesmo modo que a riqueza da sociedade capitalista reveste a forma de uma enorme acumulação de mercadorias, também a sociedade, em seu conjunto, apresenta-se como uma cadeia ininterrupta de relações jurídicas. A troca de mercadorias pressupõe uma economia atomizada. O vínculo entre as diferentes unidades econômicas, privadas e isoladas, é mantido a todo momento graças aos contratos

que se celebram. A relação jurídica entre os sujeitos não é mais que o reverso da relação entre os produtos de trabalho tornados mercadorias (Pachukanis, 1924, p. 47).

Nesse nível de abstração fica claro que “não é necessário partir do conceito de norma como lei autoritária externa para analisar a relação jurídica em sua forma mais simples. É suficiente fundamentar a análise numa relação jurídica ‘cujo conteúdo é dado pela própria relação econômica’ [citando o célebre trecho de Marx, no capítulo segundo do livro primeiro d’*O Capital*] e, seguidamente, examinar a forma ‘legal’ dessa relação jurídica como um caso particular” (idem, p. 57). Fica claro, assim, que o sujeito econômico e o sujeito de direito são o mesmo – e que, ao considerar o segundo, o fetiche se desfaz, como sugerido na citação anterior, na medida em que o caráter contratual da relação é posto.

Algo semelhante tive a oportunidade de estabelecer ao definir a forma da comunicação das relações sociais capitalistas (Bolaño, 2000), considerando que a troca de mercadorias tem um pressuposto antropológico que define um determinado tipo de comunicação entre os contratantes. Se, descendendo no nível de abstração, é possível derivar, como faz Marx, da mercadoria ao capital, ou da lei ao Estado, como no debate alemão sobre a derivação, também a Indústria Cultural e o sistema global de cultura podem ser derivados a partir de uma categoria tão simples como a de informação. Estamos, assim, reconstruindo no pensamento as diferentes formas das relações sociais capitalistas, que constituem, de fato, uma totalidade. O próprio Pachukanis indica o ponto a que quero chegar:

A perfeição formal dos conceitos de “território nacional”, de “população”, de “poder do Estado”, não reflete somente uma determinada ideologia, mas também a realidade objetiva da formação de uma esfera de domínio concentrado e, portanto, antes de tudo a criação de uma organização administrativa, financeira e militar real com um aparelho humano e material correspondente. O Estado não é nada sem meios de comunicação, sem a possibilidade de transmitir ordens, diretivas, de mobilizar as forças armadas etc. O professor Resjner acreditará que as estradas militares romanas ou os meios de comunicação fazem parte dos fenômenos do psiquismo humano? (idem, p. 40).

Ora, também o sistema global de cultura constitui, ao menos desde o surgimento da Indústria Cultural, no início do século XX, uma “esfera de domínio concentrado”. Isso acontece considerando sua institucionalidade própria e sua burocracia. Também é necessário considerar, inclusive, um setor específico do capital monopolista, de proprietários dos grandes meios de comunicação de massa, das redes e plataformas digitais, que cumprem uma função particular, necessária para o funcionamento do capitalismo monopolista.

Subsunção, exterioridade e o fator subjetivo

Cinquenta anos após a publicação do artigo de Sohn-Rethel aqui referido, a condição geral lá exposta permanece. A retomada da hegemonia americana, afinal, teve fôlego curto se comparada com o espetacular período de crescimento que se seguiu à fase das catástrofes da primeira metade do século XX. As marcas visíveis do socialismo (Albuquerque, 2012) deixam à mostra o extraordinário nível de socialização das forças produtivas, que configuram as condições objetivas para um nível superior de organização social, mas a ruptura não ocorrerá sem a ação consciente e organizada de uma classe trabalhadora confrontada pelo festival de horrores com que o capital nos brindou nestas primeiras décadas do século XXI: desastres ambientais, guerras e brutalidades sem fim.

O avanço da censura e da produção de mentiras em escala industrial mal logram esconder, frente ao genocídio transmitido em tempo real, a barbárie plenamente instalada. Se a condição de economia dual de transição indica a possibilidade da ruptura, a ilusão dos revisionismos antes referidos, de uma passagem pacífica ao socialismo, consequência do puro desenvolvimento das forças produtivas, parece pueril diante do abismo em que nos encontramos.

No plano da produção material, a situação não é melhor. Considerando a reestruturação produtiva e a subsunção do trabalho intelectual, a classe que vive do trabalho, para usar outra expressão de Antunes (2007), suas formas de inserção nos processos produtivos, seus valores, sua exposição aos mecanismos de controle ideológico do sistema global de cultura e aos modos de vida impostos pelo capital, foram profundamente alterados. Isso rebaixou as suas capacidades de dar o salto da consciência de si à consciência para si. Seria útil, aliás, neste ponto, retomar as esquecidas análises de Lucien Goldmann sobre a consciência possível. Para ele, o sociólogo, no estudo de qualquer grupo social, deve-se perguntar sobre

quais são as categorias intelectuais fundamentais, o aspecto específico dos conceitos de espaço, de tempo, de bem, de mal, de história, de causalidade etc., que estruturam a sua consciência, em que medida essas categorias estão ligadas à sua existência, quais são os limites do campo de consciência que elas geram e, por fim, quais são as informações situadas para além desses limites e que não podem já ser recebidas sem transformação social fundamental. Todo o grupo tende, com efeito, a conhecer de maneira adequada a realidade, porém o seu conhecimento não pode ir senão até um limite máximo compatível com a sua existência (Goldmann, 1971, p. 14-15).

Nossa preocupação aqui não é de ordem sociológica, nem psicológica, senão aquela da busca, num plano ainda abstrato, pelas condicionantes do fator subjetivo na realização de suas potencialidades, na perspectiva da crítica da economia política. Nesse sentido, prefiro seguir com Furtado:

A ideia, formulada por Marx, segundo a qual um processo crescentemente agudo de luta de classes, no quadro da economia capitalista, operaria como fator decisivo na criação de uma nova sociedade, essa ideia para ser válida requer, como condição *sine qua non*, que as classes pertinentes estejam em condições de gerar visões independentes do mundo. Em outras palavras: a existência de uma ideologia dominante (que, segundo Marx, seria a ideologia da classe dominante em ascensão) não deveria significar a perda total de autonomia cultural pelas outras classes, ou seja, a colonização ideológica destas (Furtado, 1974, p. 84).

Tudo o que foi dito até aqui não sugere, à primeira vista, otimismo em relação à autonomia cultural que o autor defende como “condição objetiva para a existência de uma classe”, citando a célebre análise de Marx dos *paysans parcellaires*, base social de apoio de Luís Bonaparte, no seu *18 Brumário*, que “não haviam tomado consciência de si mesmos como classe; no entanto, constituíam uma classe, no sentido de que podiam servir de fator decisivo nas lutas pelo poder, porque ‘opunham o seu gênero de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes sociais’” (idem, p. 85). Nesse caso, a identidade se estabelece pela igualdade das condições materiais de vida e, portanto, a homogeneidade das formas de acesso à cultura material.

Hobsbawn (1984), da sua parte, descreve aspectos significativos da cultura própria da classe operária inglesa que se opunham, no século XIX, à cultura das classes dominantes, burguesa ou aristocrática. É o caso do futebol como prática lúdica ou esportiva ou, no campo da gastronomia, o consumo popular de *fish and chips*, hábito, naquele momento, caracteristicamente proletário. São sinais da existência de uma identidade cultural de classe ativa e ainda imune à ação colonizadora do capital. No entanto, essa ação do capital transformará, no século XX, tanto o futebol quanto o *fish and chips* em casos exemplares da cultura de massas, como chama Edgard Morin (1962). Em texto clássico, o autor caracteriza a cultura industrial capitalista, para além da velha cultura burguesa da obra de arte única, afrontada pelo avanço da reprodutibilidade técnica estudada por Walter Benjamin (1936) e definitivamente reduzida à condição de cultura de resistência frente à poderosa Indústria Cultural pioneiramente tratada pelos teóricos da escola de Frankfurt (Adorno, Horkheimer, 1944).

Furtado também se refere ao caso inglês, mais especificamente, à “ascensão da classe trabalhadora como força política” naquele país que, “à diferença da França, onde a classe trabalhadora tinha o seu maior ponto de concentração na capital do país”, apresentava um proletariado concentrado principalmente no norte. Ele estava “em cidades com uma maioria da população operária: trabalhadores das minas de carvão, da metalurgia, da indústria têxtil, da construção naval e outras indústrias” (Furtado, 1978, p. 178). Nessas regiões, na primeira metade do século XIX, desenvolve-se “um vasto movimento político orientado para a rejeição das formas de vida criadas pela civilização industrial”. Essa é a origem do movimento ludista, contra o qual o governo atuou de forma “feroz, utilizando tropas de mercenários trazidas do exterior” (idem). Ao contrário,

a partir dos anos 40 do século passado [século XIX] tendeu a prevalecer na Inglaterra o movimento operário surgido em Londres, onde predominavam a pequena indústria e o semi-artisanato. Ao contrário do anterior, este não formulava uma crítica global do sistema, limitando-se a reivindicar melhoras nas condições de vida da classe trabalhadora: redução da jornada de trabalho, proteção de crianças e mulheres e outras medidas orientadas para a elevação do salário real (idem).

Assim canalizadas as lutas, “estava eliminada a possibilidade de formação de uma consciência crítica, de uma visão global. A ascensão, dentro dos padrões

estabelecidos pela lógica da acumulação, passava a refletir uma aspiração comum, um consenso por cima de todos os antagonismos” (Furtado, p. 178-9). Ao longo do século e meio posterior, dar-se-á, no centro do sistema capitalista, uma dinâmica da luta de classes que, nesse sentido, facilita a integração da classe trabalhadora (Mattick, 1978), fenômeno que se manifesta de forma contundente durante os trinta anos gloriosos do pós-guerra. Isso animou os debates em torno da superação do capitalismo no momento da ascensão dos chamados novos movimentos sociais e das disputas em torno da definição do sujeito revolucionário nos anos 1970.

Esse debate logo em seguida desaparecerá da pauta dos partidos reformistas institucionalizados e, em geral, da maioria da intelectualidade de esquerda. Estes grupos estavam impactados pelo fim da União Soviética e do socialismo real europeu, pelo avanço de um pensamento pretensamente mais radical, inspirado nos novos movimentos sociais. Esses grupos se encontravam afastados das tradições do movimento operário, pela chamada deriva culturalista e pelo avanço avassalador do pensamento pós-modernista. Esse tipo de pensamento era apresentado, muitas vezes, como radical, mesmo quando não conseguia esconder, frente à realidade posta pela reação do capital à crise do imperialismo, as suas mais profundas contradições.

Isto não impede que, no interior desse debate, surjam contribuições de grande valor, como aquela, fundadora e fundamental, do professor Enrique Dussel, que inclui uma leitura sistemática e profunda de toda a obra de maturidade de Marx. Ela está centrada no conceito fundamental de subsunção, entendido na sua relação intrínseca com aquele de exterioridade. A insistência nessa relação constitui a pedra angular da leitura renovadora (não eclética) que o autor faz de Marx para compreender os dilemas do século XXI. Nessa leitura, o trabalho vivo é sempre exterior ao capital e precisa ser subsumido a cada movimento do processo de acumulação, pois a cada passo ele tem de criar a mais valia “a partir do nada do capital”. Isto é, ao início de cada movimento de rotação, o capital se apresenta dividido em suas duas partes (constante e variável), cujo valor é repostado no processo. A mais-valia de que o capital se apropria ao final de cada ciclo não encontra justificativa no próprio capital, mas apenas no trabalho vivo.

Essa é a dinâmica da exploração capitalista: a cada rotação do capital o trabalho vivo deve criar um valor adicional sem contrapartida, sem justificativa no próprio capital, o que abre as portas, na minha interpretação, para uma teoria

unificada da reprodução social. Isso inclui também a definição manejada por autoras feministas, tendo em conta que o trabalho vivo, para existir enquanto tal, depende sempre do trabalho doméstico, ou de uma comunidade, que serve externamente, em última instância, ao capital, sem estar, não obstante, nele subsumida (Bolaño, 2024-b). Mas esse diálogo, inspirado na relação entre subsunção e exterioridade, não se estabelece apenas com o feminismo marxista, mas se estende potencialmente a outras áreas sobre as quais os estudos decoloniais têm avançado, como o pensamento negro e outros em grande medida sequestrados, neste momento, pelo pós-modernismo identitário.

Da minha parte, se a subsunção é uma categoria de mediação que expressa a inversão ontológica em que o sujeito do processo de trabalho torna-se objeto de exploração e o aparato técnico, os objetos que ele manipula se apresentam como a encarnação do poder estranho que o submete e controla, o que ela indica é a incorporação e a subordinação, a dominação e a submissão. Também aponta para a contradição e para o antagonismo pois, como insiste Dussel, a realização do fundamento, dado pelo capital (valor que se valoriza) exige a exploração da fonte única do valor, o trabalho vivo. Essa é a essência da relação contraditória que caracteriza o modo de produção capitalista para Marx.

A subsunção significa que o trabalho é incluído na sua qualidade geral de elemento subjetivo do processo de produção, que fica então determinado como processo de valorização e o próprio capital pode apresentar-se como produtivo, pois, enquanto totalidade, incorpora a fonte produtora de todo valor. A contradição essencial da forma capital fica assim estabelecida, pois o trabalho vivo, subsumido no capital, não se dissolve simplesmente naquela totalidade, mas mantém a sua identidade de origem, opondo-se no plano material ao conjunto dos elementos objetivos do processo, instrumentos da exploração que sobre ele exerce o capitalista. Em Dussel, esse caráter contraditório e transcendente da mediação/subsunção passa pelo reconhecimento da exterioridade:

Esta *transcendência interna* do ser humano sob o manto de trabalhador assalariado, esta *externalidade* (...) é o ponto de partida do processo crítico contra o capital. O Outro, reduzido a um momento interno ou alienado do capital (força de trabalho no processo de trabalho, ou pior, capital humano, equiparado ao capital investido em recursos; quer dizer, coisificado), aparece como alguém, como ator da transformação do sistema econômico no qual pretendeu-se que

aceitasse definitivamente sua função de mediação objetiva. A criação de novas instituições econômicas trans-capitalistas, e mais além da modernidade, tem como fonte essa exterioridade afirmada como tal: heteronomia autônoma, fonte criativa do novo econômico. São comunidades de trabalhadores que iniciam o novo caminho (Dussel, 2014, p. 211-2).

Subsunção é, assim, internalização do Outro como parte dominada e explorada de uma totalidade contraditória, antagonica e precária. Para completar o quadro, é preciso considerar, ainda que brevemente, o conceito particular de mediação que define o campo acadêmico da Comunicação. Para além do *tour de force* realizado pelos estudos culturais latino-americanos (Barbero 1987), na perspectiva da economia política da comunicação brasileira, a mediação social, no capitalismo monopolista, serve-se também de um determinado aparato técnico para realizar um duplo processo de subsunção (capital-trabalho; economia-cultura) em favor da dominação capitalista, que se estende assim da fábrica para o terreno da reprodução simbólica, colonizando o tempo livre para garantir a consecução das funções publicidade e propaganda em que se desdobra a forma comunicação (Bolaño, 2000).

A subsunção do trabalho cultural que realiza essa mediação define um setor particular do capital, como é a Indústria Cultural da segunda metade do século XX, que se encontra hoje em transição, em consequência da crise estrutural do capital, das respostas deste e de suas consequências, que incluem também novas demandas e condições para a ação do capital comunicacional, forma funcional do capital na sua fase monopolista. Este último emprega uma camada de mediadores sociais cuja consciência, no sentido de Goldmann, oscila, por imposição do ofício e das hierarquias que a recortam, entre o reconhecimento da condição de trabalhador e aquela do “colaborador” do setor dominado da classe dominante, por usar a expressão de Bourdieu.

Os desafios

Mas essa condição enquadra, na verdade, o conjunto daquela população atingida pela subsunção do trabalho intelectual, o que, ao mesmo tempo em que abre perspectivas concretas de superação da divisão, estudada por Sohn-Rethel (1989), entre trabalho manual e intelectual (Bolaño, 2002), impede a sua

efetivação ao promover uma cisão em duas partes da classe trabalhadora (Bolaño, 2024-b). Dessa forma, o **primeiro** desafio que esta enfrenta é o da sua unificação diante dos processos acima indicados, que redundam em fragmentação, tanto no plano material como no subjetivo. Vimos a importância da homogeneidade das condições materiais de vida para a configuração de uma identidade operária no século XIX e as dificuldades nesse sentido impostas no século XX pelo capitalismo monopolista, decorrentes da existência de grandes diferenciais de remuneração, de padrões de vida, acesso a bens de consumo diferenciado. Isso tudo acaba constituindo diferenças em termos de visão de mundo, ainda que a Indústria Cultural atuasse no sentido de uma homogeneização, necessária ao sistema de controle social e manipulação que ela representava.

Nas condições prevalentes nestas primeiras décadas do século XXI, a transição do sistema global de cultura, da centralidade da velha Indústria Cultural para aquela da economia da internet comandada pelas empresas proprietárias das grandes plataformas digitais, a situação se complica ainda mais. Isso ocorre devido a uma massificação que se aprofunda, ao mesmo tempo em que a fragmentação alcança o limite colocado pela publicidade e pela propaganda, já que elas têm a capacidade de atingir diretamente o indivíduo, que se refugia em bolhas. Neste lugar, ele é mais facilmente atingido pelos sofisticados mecanismos de controle e manipulação, concentrados em torno de um oligopólio global que, até aqui, funciona de forma descontrolada, violando princípios fundamentais do próprio direito burguês, como a liberdade de expressão ou o direito à comunicação, em meio a uma profusão alucinante de informações. O **segundo** desafio é a criação de mecanismos de defesa, da própria classe trabalhadora, contra esse elemento profundamente perturbador do atual sistema global de cultura.

O **terceiro** desafio é encontrar instrumentos e formas de organização e de luta que garantam a autonomia cultural, permitindo a construção de amplos consensos em termos de crítica global, como indica Furtado, e radical, do sistema. O desafio é a rejeição das formas de vida e de poder existentes, que estão nos levando ao precipício, e a construção de um mundo novo. Nesse sentido, é preciso não apenas recuperar as tradições de luta do movimento operário internacional, mas redefinir também os horizontes de referência, para o que devem-se mobilizar os imaginários, inclusive aqueles ligados a outras tradições, não ocidentais. Isso vem sendo proposto no interior do movimento negro, que reivindica a ancestralidade africana como elemento de identidade anticolonial e anticapitalista, tendo claro que não se trata de formular nenhuma utopia regressiva, mas de sondar as

possibilidades abertas neste momento especial do desenvolvimento das forças produtivas para a construção do socialismo. Neste caso, o socialismo é entendido como horizonte aberto às experimentações, considerando, por exemplo, os conceitos propostos por Álvaro Garcia Linera (2010), de forma comunidade e de *ayllu* universal.

Referências

ADORNO, T. W., HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, (1944) 2006.

ALBUQUERQUE, Eduardo M. **Agenda Rosdolsky**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

ANTUNES, Ricardo (2007). **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BARBERO, Jesus Martin. **Dos meios às mediações**. Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

BENJAMIN, W. (1936). *A Obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. In **Obras Escolhidas**, São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOLAÑO, César. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. *Trabalho Intelectual, Informação e Capitalismo. A reconfiguração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva*. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 15, 2º sem, 2002.

_____. **Economía política y cultura**. La batalla de la comunicación en la América Latina del siglo XXI. Quito: CIESPAL; Buenos Aires: CLACSO, 2024.

_____. *Atualizar o debate sobre o fator subjetivo*. In: BOLAÑO, César; BASTOS, Manoel; SANTOS, Verlane Aragão; VALENTE, Jonas (orgs.). **Capital, trabalho e conhecimento no século XXI: informação, comunicação, cultura e a crítica da economia política** (em vias de publicação), 2024-b.

BOLAÑO, César; MARTINS, Helena; VALENTE, Jonas. *Para a análise teórico-metodológica das plataformas digitais como estruturas de mediação a partir da Economia Política da Comunicação*. **Revista Avatares**, n. 24, dez. 2022.

DUSSEL, Enrique. **16 tesis de economía política**. México: Siglo XX, 2014.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, Círculo do Livro, 1974.

_____. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

GOLDMANN, Lucien. **A criação cultural na sociedade moderna**. Lisboa: Editorial Presença, 1976.

HOBBSBAWN, E.. **Mundos do trabalho**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

LAGASNERIE, G.. **A última lição de Michel Foucault**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LINERA, Álvaro Garcia. **Forma valor y forma comunidad**. Aproximación teórico-abstracta a los fundamentos civilizatorios que preceden al Ayllu Universal. Buenos Aires: Prometeo, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**, Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MATTICK, Paul. **Integración capitalista y ruptura obrera**. Barcelona: Laia, 1978.

MORIN, E. **Cultura de Massas no século XX**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984.

PACHUKANIS, Evgeny. **Teoria geral do direito e o marxismo**. São Paulo: Acadêmica, 1988.

POLANYI, Karl. **La gran transformación**. Los orígenes políticos y económicos de nuestro tiempo. México: Fondo de Cultura, 1992.

SOHN-RETHEL, Alfred. *A economia dual de transição*. In: **Conferência dos Economistas Socialistas** (1976). Processo de trabalho e estratégias de classe. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **Trabalho Espiritual e Corporal Para a Epistemologia da História Ocidental**. João Pessoa: UFPB/CCSA, Mestrado em Economia, 1995.

TAVARES, Maria da Conceição. *A retomada da hegemonia norte-americana*. Em: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José (orgs.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização** (3ª ed.), Petrópolis: Vozes, 1997.